

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.814 - MG (2018/0247899-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : J N DA C**  
**ADVOGADOS : MILENA CHARIFE DE ARAUJO ALVES - MG157640**  
**CLARA DEL PAPA E SILVA - MG145060**  
**AGRAVADO : S S DE L S (MENOR)**  
**AGRAVADO : S D DE L S (MENOR)**  
**REPR. POR : Z C DE L**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por J N DA C em face da decisão acostada às fls. 487-488 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 215-220 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado:

AGRAVO INTERNO – AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS C/C REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS – REDUÇÃO DOS ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS – PEDIDOS NÃO ANALISADOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS – DECISÃO MANTIDA. – Considerando que o julgador monocrático, deixou para deliberar sobre o pedido de redução dos alimentos e regulamentação das visitas após a realização da audiência designada, deve ser mantida a decisão de não conhecimento do agravo de instrumento, sob pena de violação ao princípio do duplo grau de jurisdição e configuração de supressão indevida de instâncias.

Opostos embargos de declaração (fls. 229-235 e-STJ), restaram acolhidos apenas para sanar omissão (fls. 251-257 e-STJ)

Nas razões de recurso especial (fls. 266-275 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 203, §2º, e 300 do CPC/15, sustentando a necessidade de concessão da tutela provisória pleiteada.

Contrarrazões às fls. 458-466 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação das Súmulas 283/STF e 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 497-512 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 720-744 e-STJ.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 425-428 e-STJ, ressaltou a possível perda de objeto do recurso.

É o relatório. Decide-se.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente agravo, uma vez manifesta a superveniente perda de seu objeto.

1. O recurso especial impugna acórdão proferido pela Corte local que, em sede de Agravo de Instrumento, manteve a decisão que postergara a análise do pedido de tutela antecipada.

Conforme informado pelo próprio recorrente (fls. 540-548 e-STJ), foi proferida sentença de mérito na ação originária, o que conduz ao esvaziamento do conteúdo do presente recurso, ante a perda de objeto do recurso especial, tornando-o prejudicado.

Em semelhante sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. TUTELA ANTECIPADA INDEFERIDA DE APREENSÃO CAUTELAR DE NUMERÁRIO EM DISPUTA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NO PROCESSO PRINCIPAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR PERDA DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença de mérito no feito principal enseja a perda de objeto do recurso especial resultante de agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva ou denegatória de liminar ou antecipação de tutela, tendo em vista que a sentença absorve os efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1651652/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 01/06/2017)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SENTENÇA PROFERIDA. PERDA DO OBJETO.

1. Consoante o entendimento pacífico desta Corte, o exame de recurso especial interposto contra acórdão proferido em agravo de instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela fica prejudicado, ante a perda de seu objeto, na hipótese de já ter sido prolatada sentença.

2. Agravo interno no recurso especial prejudicado por perda superveniente do objeto.

(AgInt no AREsp 741.331/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017)

2. Do exposto, com fulcro no artigo 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o agravo, ante a perda do objeto da pretensão recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator